

PEQUENA EXCURSÃO EPISTEMOLÓGICA EM TORNO DE UMA VÍRGULA DE ARISTÓTELES

Rogério BURNIER

Todos nós sabemos que foi da Grécia Antiga que nos veio o legado do conceito de ciência e o estatuto epistemológico da verdade teórica ou especulativa. E isto sempre constituiu uma de suas grandes glórias. Mas, também, seu calcanhar de Aquiles, sua fragilidade.

Porque ao lado do reiterado e infindável perguntar pela coisa, pelo que ela é, nós homens vivemos sempre mergulhados na problemática do que devemos fazer: ao lado das questões concernentes *ao que é*, cumpre reconhecer-se outras, agora pertinentes *ao que deve ser*.

Ora, se o padrão epistemológico grego da *ἐπιστήμη* se adequa bem à estrutura do-que-é, deixa contudo a descoberto todo o universo *da produção* (técnica e artística) e *do agir moral*, que concernem à estrutura do-que-deve-ser. Mas poderia o homem, tão bem armado em seu pensamento especulativo, restar indefeso e impotente em toda a sua ação?

Mas, paradoxalmente, foi ainda um grego que descobriu, junto à verdade teórica, uma *outra* verdade, agora *prática*, apesar da espécie de sedução tirânica exercida pelo padrão científico, pela verdade teórica ou especulativa.

Embora no fluxo histórico tenha havido com frequência choques e atritos entre as perspectivas da *Psicanálise* e da *Moral*, parece-nos que uma simples vírgula da Aristóteles, a um só tempo assinala uma *convergência* e uma *distinção*, sugerindo, talvez, uma articulação complementar.

Os dois fragmentos que nos interessam aqui são da *Ética a Nicômano*, em seu tão célebre Livro VI.

No primeiro deles¹, após nos dizer que para o intelecto *teorético* (que não é nem concernente à ação produtiva nem à ação moral), o seu bem e o seu mal são respectivamente o verdadeiro e o falso, ele nos ensina que, ao contrário, para o intelecto *prático a verdade é a conformidade* (homologia, adequação) com *o desejo, mas reto*.

A vírgula acima separa, de um lado a proposição de que a verdade prática é a adequação do intelecto com o desejo, e de outro acrescenta *uma exigência* quanto a este desejo: que ele *seja reto*.

Visitemos, rápido, a segunda passagem de Aristóteles, para então nos fixarmos em nosso objeto que, paradoxalmente, é tão pequeno (apenas uma vírgula), e tão decisivamente importante como veremos breve.

Este outro fragmento² especifica melhor esta adequação (da razão ao desejo), discriminando duas reações do desejo e duas formulações correspondentes do intelecto prático.

Enquanto o desejo, ante o objeto que o solicita, reage por uma *atração* ou uma *repulsa*, o intelecto prático, conforme a este desejo, deverá emitir uma proposição de comando *positiva* (faça isto) ou *negativa* (não faça isto).

A conjugação destes dois períodos de Aristóteles nos mostra que a *verdade prática* (verdade *de direção* e não tão só de conhecimento, concernente ao-que-deve-ser) existirá em uma proposição de comando, sob duas condições:

1-Que haja *uma adequação* do nosso pensamento diretivo com o nosso desejo, vontade ou amor.

2-Que tal desejo, vontade ou amor *sejam retos*, isto é, estejam retificados quanto ao fim ou bem.

A doutrina metafísica da verdade prática, da prudência e da volição incondicional do bem, é muito longa e complexa, iniciada na Grécia, enriquecida notavelmente na Idade Média e trabalhada nestes últimos séculos por Max Scheller, Maritain, Yves Simon, Charles Journet e outros. Não podemos nos deter nela, pois outro é o nosso objetivo aqui.

Porém, não queremos deixar passar em claro que uma das maiores e mais sinistras carências de nossos tempos, exatamente concerne à doutrina e à prática *do bom uso de nossa liberdade*, daquilo que nenhuma ciência positiva, nem mesmo filosófica ou teológica pode nos dar feito, pois este "bom uso de nossa liberdade" é a trajetória moral de cada um de nós e a trajetória política dos povos e da civilização.

O nosso objeto é tão diminuto que a toda hora nos escapa... Recuperemos, pois, a nossa vírgula.

Porém, antes disto, como derradeiro parênteses, permitam-nos recorrer a um pensador medieval, apesar da provocação que tal escolha representa hoje em dia:

"Quando o homem realiza o bem, não por impulsos *de sua própria razão*, senão movido pelo conselho *de outro*, é que sua conduta todavia não alcançou a perfeição, nem quanto à razão que a dirige, nem quanto ao apetite que a move. Por isto, ainda que obre o

bem, não o faz de modo absolutamente bom, o que é aquilo que se requer para se levar uma vida boa".³

Em outro trecho, já no "Tratado dos Atos Humanos"⁴, o mesmo autor nos diz que alguém que tiver consciência errônea deve agir de acordo com ela (que é a regra imediata da ação livre), pois ela *obriga*, porém, nem por isto ela *excusa*, eis que se é responsável pela ignorância do que se devia e podia saber.

Conclamemos por fim, a nossa vírgula...

É nosso parecer que esta vírgula realiza um *cutepistemológico* fundamental, exatamente estabelecendo a fronteira entre a focagem da Psicanálise e a focagem da Moral ou Ética.

Por trás do discurso e da mímica do analisando, o psicanalista procura detetar sensações, sentimentos e desejos machucados, truncados, mutilados, abafados, interditos. É, tantas vezes, como se houvera um divórcio entre o que eu sinto e quero e o que sei, escolho e faço.

O fluxo que deveria correr ao nível dos três componentes da alma (já conhecidos por Aristóteles): *a sensação, o entendimento e o desejo*, pode sofrer vários desvios e coarctações.

Determinar-se a se fazer aquilo que se quer e se ama, parece-me ser uma das maiores contribuições do processo psicanalítico à nossa libertação emocional com relação a nós mesmos: nossos medos são nossas prisões, nos dizia Charles Morgan no seu "Retrato no Espelho". E tudo isto parece constituir, do ponto de vista da libertação emocional, o setor delimitado *à esquerda da vírgula*, isto é, o *τόπος* da adequação entre a nossa razão e a nossa vontade (desejo, amor). Trata-se de um processo de conquista de níveis cada vez mais altos de unidade e coerência internas, da livre expressão, do livre expressar-se, da dinâmica da liberdade, *onde o amor é o mestre da razão*, a qual, afinal, escolhe aquilo que eu quero e amo.

Porém, a vírgula é uma fronteira que tem também outro *τόπος* definido pela adjectivação restritiva: desejo *enquanto reto*; desejo, *mas reto*.

Já agora a adequação não é da razão com qualquer desejo, vontade ou amor: mas tão só com o que estiver previamente retificado. Retificado quanto ao fim, quanto ao bem.

Assim, se a nossa vontade ou o nosso amor retamente adere ao bem como a um fim, a nossa prudência tera condição, por "consonância com este bem ou fim", de eleger o meio adequado ao fim.

Desta forma, no nosso ato livre, para ele ser o que deve ser, para ele ter perfeição moral, *nossa vontade* deve ser virtuosa em sua volição e adesão ao bem como ao seu fim, e *nossa razão* também deve ser virtuosa, prudente, para poder eleger o meio adequado a tal bem ou fim.

Logo, tal adequação, tal conformidade, tal afinidade, tal conaturalidade, tal proporcionalidade, tal consonância, para se ter quer o *ato livre*, quer o *ato bom*, isto é, o ato livremente bom, deve se processar entre uma vontade *retificada* quanto ao *fim*, e uma razão (prudencial) *retificada* quanto aos *meios*. Uma libertação progressiva que se conjuga com um aperfeiçoamento sempre ascendente.

Esta vírgula primeiro *delimita e cinde* dois campos diversos, que pedem atuações muito diferentes. As fronteiras devem ser respeitadas pelo especialista de cada área, sem incursões no espaço profissional do outro.

Mas tais áreas epistemológicas são contíguas e, o que é decisivo, *complementares*. A vírgula, precisando melhor o relacionamento epistemológico referido, *distingue mas não separa*.

Cada profissional, em sua área, deve proceder tão só dentro de sua competência, *como se ignorasse* o profissional vizinho.

Porém, aqui também, a reiterada advertência de Gilson tem uma aplicação absolutamente verídica: uma exclusão *metodológica* pode ser justa e mesmo indispensável (por exigência da pureza epistemológica); mas ela não autoriza uma exclusão *ontológica*.

Pelo fato do psicanalista não dever tomar posições éticas (isto é, querer passar ao seu analisando o seu código de ética ou outro qualquer), e pelo fato do moralista não dever tentar fazer terapia psicológica, *como se* ambos ignorassem o campo e o trabalho do outro, isto não quer dizer que cada um deva reduplicar a exclusão metodológica (legítima) com uma exclusão ontológica (no mínimo gratuita e incompetente para cada um deles, no âmbito de sua especialidade).

Nem o moralista deve ignorar ou desprezar o auxílio básico do psicanalista (trabalhado no contexto emocional do processo de libertação progressivo do indivíduo), nem, ao contrário, o psicanalista, pela descoberta das raízes inconscientes de nossa vontade, deve julgar-nos *tão só* um feixe de impulsos instintivos e de reações emocionais de ciúme, inveja, ódio e amor (identificando-nos com o que é tão só *uma parcela* de nós), julgando os códigos morais e religiosos e o seu seguimento pelos homens, como denunciando pressões do superego, criações do medo, manifestações de imaturidade, dissimulação da frustração e ressentimento.

Ora, desde que não somos nem livres, nem perfeitos, de um modo acabado e em alto nível, cumpre-nos partir para a conquista, quer da liberdade de nosso ser, quer de sua perfeição.

O balizamento desta progressão nos foi sugerido por Tomás de Aquino ao nos afirmar, em plena Idade Média feudal e inquisitorial, que a consciência errônea *obriga mas não excusa*.

Porém, a vírgula, se separa palavras, ela o faz dentro da unidade de uma frase.

Ser livre - cada vez mais -, e *livremente ser* - cada vez em nível maior de perfeição -. E ser livre e perfeito, não para perfazer uma

narcísica imagem de nós mesmos, mas para melhor servir, para melhor acolher e atender o outro, na comunhão perfectiva do nós.

E desde que se fala sobre liberdade e perfeição e sobre o amor, por que não ouvir os santos, aqueles que são os verdadeiros heróis, não entre o sábios, mas entre os justos e bons?

E já Agostinho, no século V de nossa era, nos ensinava: "Ama e faça o que quiser". E a advertência escatológica de João da Cruz ressoa aos nossos ouvidos: "No entardecer de nossas vidas, seremos julgados pelo Amor".

Nossas vidas nada mais são do que o tempo que nos é dado para depositarmos o nosso dom.

NOTAS:

(1) Aristóteles - "Ética a Nicômano", VI, 1139a, 27 - citado por Yves Simon em "Critique de la Connaissance Morale", 1934, Ed. Desclée de Brouwer, pág. 25.

Ao final do texto original temos a definição de verdade prática:

ἐστὶν ἡ ἀληθεία καὶ διανοητικῶν ἢ ἀληθειῶν
ὁμολογῶν ἔχουσα τῇ ὁρέξει τῇ ὀρθῇ

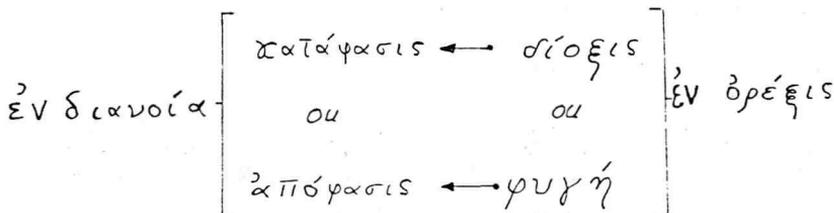
Observar que após ὁρέξει não há vírgula, embora a reiteração do artigo antes do adjetivo, em função pronominal (eis que o segundo τῇ - ao - se

refere e substitui o anterior substantivo), põe uma ênfase que exige uma pausa para se evitar uma tautologia estéril (ao desejo ao desejo reto), donde nas traduções portuguesa, espanhola e francesa se colocar a conjunção "mas" precedida de vírgula. Aliás, no grego clássico, a pontuação do discurso era feita mais pelas partículas.

Desta forma, ainda que com fundamento na correta interpretação do texto original, a vírgula aristotélica representou uma pequena liberdade retórica de nossa parte.

(2) Aristóteles - "Ética a Nicômano", III, 2, 1.039a, 21, segundo Yves Simon, obra citada, pág. 26.

A correlação de conformidade entre as duas reações da vontade e os dois tipos de proposições-de-comando do intelecto prático, é de uma precisão insuperável, razão pela qual a transcrevemos em um esquema nosso:



Que saibamos, jamais os tratadistas dos conhecimentos por conaturalidade estabeleceram estas correspondências entre o amor e a razão com tamanha acuidade, como o fez, há mais de dois milênios, o velho Estagirita.